



TENDÊNCIAS ATUAIS E PERSPETIVAS FUTURAS EM ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

ATAS DO III CONGRESSO ISKO ESPANHA-PORTUGAL
XIII CONGRESSO ISKO ESPANHA

Universidade de Coimbra, 23 e 24 de novembro de 2017

Com a coordenação de

Maria da Graça Simões, Maria Manuel Borges

TENDÊNCIAS ATUAIS E PERSPETIVAS FUTURAS EM ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

ATAS DO III CONGRESSO ISKO ESPANHA-PORTUGAL
XIII CONGRESSO ISKO ESPANHA

Universidade de Coimbra, 23 e 24 de novembro de 2017

Com a coordenação de
Maria da Graça Simões, Maria Manuel Borges

TÍTULO

Tendências Atuais e Perspetivas Futuras em Organização do Conhecimento: atas do III Congresso ISKO Espanha e Portugal - XIII Congresso ISKO Espanha

COORDENADORES

Maria da Graça Simões
Maria Manuel Borges

EDIÇÃO

Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX - CEIS20

ISBN

978-972-8627-75-1

ACESSO

<https://purl.org/sci/atas/isko2017>

COPYRIGHT

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>)

OBRA PUBLICADA COM O APOIO DE



FLUC FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

2



CEIS20
CENTRO DE ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES
DO SÉCULO XX
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MID-INTERIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

PROJETO UID/HIS/00460/2013

COORDENADORES GERAIS

Maria da Graça Simões, Universidade de Coimbra, Portugal

Maria Manuel Borges, Universidade de Coimbra, Portugal

COMISSÃO ORGANIZADORA

António Tavares Lopes, Universidade de Coimbra, Portugal

Maria Cristina Vieira de Freitas, Universidade de Coimbra, Portugal

Ana Eva Migueis, Universidade de Coimbra, Portugal

Mário Bernardes, Universidade de Coimbra, Portugal

Ana Catarina Silva, CEIS20, Portugal

Bruno Neves, Universidade de Coimbra, Portugal

Liliana Gomes, Universidade de Coimbra, Portugal

Blanca Rodriguez Bravo, Universidad de León, Espanha

Jose Antonio Frias Montoya, Universidad de Salamanca, Espanha

COMISSÃO CIENTÍFICA

Blanca Rodriguez Bravo, Universidad de León, Espanha

Blanca Gil Urdiciain, Universidad Complutense de Madrid, Espanha

Carlos Guardado da Silva, Universidade de Lisboa, Portugal

Carlos Henrique Marcondes, Universidade Federal Fluminense, Brasil

Carmen Agustín, Universidad de Zaragoza, Espanha

Carmen Caro Castro, Universidad de Salamanca, Espanha

Críspulo Travieso Rodríguez, Universidad de Salamanca, Espanha

Cristina Dotta Ortega, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Daniel Martínez Ávila, Universidade Estadual Paulista, Brasil

Dunia Llanes Padrón, Universidad de la Habana, Cuba

Fabio Assis Pinho, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Fernanda Ribeiro, Universidade do Porto, Portugal

Francisco Javier García Marco, Universidad de Zaragoza, Espanha

Giovana Deliberali, Universidade de São Paulo, Brasil

Isidoro Gil Leiva, Universidad de Murcia, Espanha

Jesús Gascón García, Universidad de Barcelona, Espanha

Jesús Tramullas Saz, Universidad de Zaragoza, Espanha

José Augusto Chaves Guimarães, Universidade Estadual Paulista, Brasil

José Luis Bonal Zazo, Universidad de Extremadura, Espanha

Jose Antonio Frias Montoya, Universidad de Salamanca, Espanha

Juan-Antonio Pastor-Sánchez, Universidad de Murcia, Espanha
Luciana de Souza Gracioso, Universidade Federal de São Carlos, Brasil
Manuela Moro Cabero, Universidad de Salamanca, Espanha
María del Pilar Ortego de Lorenzo Cáceres, Universidad de Extremadura, Espanha
Maria José López Huertas, Universidad de Granada, Espanha
Maria Luisa Alvite Díez, Universidad de León, Espanha
Maria Luíza Almeida Campos, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Maria Cristina Vieira de Freitas, Universidade de Coimbra, Portugal
Maria da Graça Simões, Universidade de Coimbra, Portugal
Maria Manuel Borges, Universidade de Coimbra, Portugal
Mariângela Spotti Lopes Fujita, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil
Maurício Barcellos Almeida, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Natália Bolfarini Tognoli, Universidade Estadual Paulista, Brasil
Olívia Pestana, Universidade do Porto, Portugal
Pedro Manuel Díaz Ortuño, Universidad de Murcia, Espanha
Renato Rocha Souza, Fundação Getúlio Vargas, Brasil
Rodrigo Sales, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Rosa San Segundo Manuel, Universidad Carlos III, Espanha
Vera Lúcia de Mattos Dodebei, Universidade do Rio de Janeiro, Brasil



INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO NORDESTE DO BRASIL

Wagner Miranda Gomes¹, Zeny Duarte², Dulcinéia Assunção³, Adriana Rosa⁴

¹*Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, Brasil (ICI/UFBA),
Doutorando em Ciência da Informação (ICI/UFBA)*

²*Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, Brasil (ICI/UFBA), Professora Titular
(ICI/UFBA) e Pós-doutora em Ciência da Informação (U.Porto, FCT-PT), Zeny.duarte@gmail.com*

³*Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil, Especialista em Saúde Coletiva UESB/BRASIL,
ducenf@hotmail.com*

⁴*Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, Brasil (ICI/UFBA), Mestranda em
Ciência da Informação (PPGCI)/UFBA, dricasrosa@hotmail.com*

RESUMO Este trabalho apresenta os resultados da informação e comunicação dos controles internos das Universidades Federais da Região Nordeste do Brasil, sob a perspectiva do modelo emitido pelo *Committee of Sponsoring Organization (COSO)*. O método consistiu em análise dos relatórios de gestão de 2010 das quatorze Universidades Federais da Região Nordeste. Concluiu-se, dentre outros, que as informações disponíveis dessas universidades não são muito apropriadas, tempestivas, atualizadas, precisas e acessíveis, provocando, assim, uma qualidade pouco satisfatória para permitir ao seu gestor tomar as decisões adequadas.

PALAVRAS-CHAVE *Universidades, Informação e Comunicação, Controles Internos, Controle, Organização da Informação.*

ABSTRACT This paper presents the results of the information and communication of the internal controls of the Federal Universities of the Northeast of Brazil, from the perspective of the model issued by the Committee of Sponsoring Organization (COSO). The method consisted of analysis of the 2010 management reports of the fourteen Federal Universities of the Northeast Region. It was concluded, among others, that the information available from these universities is not very appropriate, timely, up-to-date, accurate and accessible, thus provoking an unsatisfactory quality to allow the manager to make the appropriate decisions.

KEY WORDS *Universities, Information and Communication, Internal Controls, Control, Information Organization.*

COPYRIGHT Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>)

INTRODUÇÃO

No cotidiano das organizações públicas ou privadas, informação, comunicação e conhecimento são termos que têm bastante convergência. Os colaboradores dessas organizações diariamente lidam com fluxos informacionais no seu ambiente de trabalho, que podem apresentar incompletudes de conhecimento, assimetria de informações, e falta de organização e de controle.

A temática do controle (controles internos, governança, gestão de risco, auditoria, correição, corregedoria, prestação de contas, fiscalização, *accountability*) pareceria ser campo de estudos das Ciências Econômicas, Ciências Contábeis, Direito ou Ciência da Administração, mas também se faz presente na Ciência da Informação (CI).

Saracevic (1996) salienta que a Ciência da Informação é um campo interdisciplinar e permeia não só por questões científicas, mas atua de forma prática. Volta-se para os problemas do registro da informação e da efetiva comunicação do conhecimento entre os humanos. Nesse sentido, é possível perceber o caráter convergente entre informação, comunicação e conhecimento.

Ainda na seara da CI, Lopes, Valentim e Almeida Junior (2011) trouxeram como tema a governança corporativa, que pode ser entendida como o conjunto de mecanismos de gestão, que através de controles internos e externos visam reduzir a distância entre acionistas minoritários e o poder de controle da empresa. Nesse contexto, a gestão da informação, a organização do conhecimento, a mediação da informação e a sua disseminação se fazem necessárias, visto que o estabelecimento da boa comunicação, rápida e clara, possibilita desenvolver um ambiente de controle favorável a um clima de confiança na relação da empresa com a sociedade, credores, colaboradores e investidores. E isso é extremamente importante para os controles internos.

Para D'Avila e Oliveira (2002), não se pode falar em controles internos sem citar o *The Committee of Sponsoring Organizations (COSO)*. Em 1992, o COSO produziu um documento intitulado *Internal Control – Integrated Framework*, que define os controles internos como um processo conduzido pelo conselho de administração, pela diretoria, e por outras pessoas da organização, que visa fornecer, com segurança razoável, a consecução de objetivos nas seguintes categorias: confiabilidade das informações; cumprimento de leis, normas e regulamentos (*compliance*); e eficiência de operações nas organizações.

Para o COSO, o controle interno da organização pode ser representado pelos componentes: ambiente de controle, avaliação de riscos, procedimento de controle, informação e comunicação, e monitoramento. Para fins desta comunicação, abordar-se-á o componente informação e comunicação.

Devido à abrangência do documento, organizações internacionais de orientações sobre controles internos revisaram suas publicações no sentido de incorporar os conceitos trazidos pelo COSO, a exemplo da *United States General Accounting Office*, do Banco Mundial e da *International Organization of Supreme Audit Institutions (INTOSAI)*. (TCU, 2009).

No Brasil, o Controle Externo é exercido pelo Poder Legislativo, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), que é o órgão técnico, e é a Instituição máxima de fiscalização do Setor Público brasileiro. O TCU representa o Brasil na INTOSAI. A partir de 2010, o TCU passou a cobrar, no relatório de gestão dos Órgãos da Administração Pública Federal brasileira, informações sobre os controles internos, com base no COSO.

As Universidades Federais fazem parte da Administração Pública do Brasil, e devem seguir aos princípios constitucionais, bem como atender normas definidas pelos órgãos de controle. Elas possuem em sua estrutura Bibliotecas, Arquivos e Museus, e formam os profissionais que desempenham atividades e práticas relacionadas à organização da informação e do conhecimento registrado e socializado.

Nesse sentido, em 2011, em nossa pesquisa de mestrado, foi investigado o seguinte problema: a estrutura dos controles internos das Universidades Federais da Região Nordeste é eficiente sob a perspectiva do modelo COSO? Foi idealizado como objetivo geral a avaliação da eficiência da estrutura dos controles internos dessas universidades, e como objetivos específicos: a mensuração do ambiente de controle; da avaliação de risco; dos procedimentos de controle; da informação e comunicação e do monitoramento. Analisando, para isso, os relatórios de gestão do exercício de 2010 dessas universidades.

Portanto, este trabalho tem como objetivo apresentar a análise dos resultados do componente informação e comunicação da estrutura dos controles internos das Universidades Federais da Região Nordeste do Brasil, sob a perspectiva do modelo COSO.

METODOLOGIA

Ao longo da revisão da literatura buscamos os entendimentos necessários para responder ao problema, tendo como tema: ‘A eficiência da estrutura dos controles internos das Universidades Federais da Região Nordeste sob a perspectiva do modelo do COSO’.

O primeiro entendimento é que ser eficiente na Administração Pública significa alcançar o melhor resultado possível de uma operação, considerando o contexto e os recursos disponíveis, analisando o rendimento do serviço prestado em relação ao seu custo e comparando-o a um valor de referência, atendendo, assim, às demandas da sociedade. O segundo é que o controle da Administração Pública visa aperfeiçoar as crescentes funções públicas do Estado diante de recursos cada vez mais limitados, valendo-se para tal de instrumentos como o controle externo, o controle interno, as técnicas de controle, a avaliação de desempenho e a prestação de contas. O terceiro é que o referencial do COSO permite uma forma objetiva de avaliar a estrutura dos controles internos da Administração Pública, valendo-se para tal dos componentes: ambiente de controle, avaliação de risco, procedimento de controle, informação e comunicação, e monitoramento. Por último, entendeu-se que as Universidades Federais, notadamente as da Região Nordeste, representadas pela sua grande importância para o conjunto da sociedade, devem demonstrar competência, integridade, ética e transparência ao público na gestão de recursos que pertencem a toda sociedade.

Esses entendimentos se constituíram no delineamento da pesquisa como verdadeiros elementos apreendidos da revisão da literatura, presentes dentro do referencial do COSO, que permitiram chegar às conclusões.

A pesquisa também utilizou as informações, sobre a educação superior no Brasil, disponibilizadas no censo realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2009. O INEP é uma Instituição autárquica federal, vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Sua missão é promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro, com o objetivo, dentre outros, de produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral.

O referido Instituto realiza o censo da educação superior do Brasil, com o objetivo de oferecer informações, à comunidade acadêmica e à sociedade em geral, detalhadas sobre a situação do setor educacional brasileiro. O censo da educação superior reúne informações regionais, dentre outras, sobre as Universidades Públicas Federais, seus cursos presenciais de graduação, cursos e vagas oferecidos, matrículas realizadas, dentre outras. O censo da educação superior é realizado por meio de um questionário eletrônico, no qual as Instituições de Ensino Superior (IFES) respondem sobre sua estrutura e seus cursos. O INEP, então, faz a análise dos dados do censo, para verificar a consistência das informações. Após essa fase de conferência, em colaboração com os pesquisadores institucionais, o censo é finalizado. Daí, os dados são divulgados e publicados e passam a fazer parte das estatísticas oficiais. Segundo essas informações de 2009, o Brasil conta com 55 Universidades Públicas Federais, 3.868 cursos presenciais de graduação, oferecendo 186.984 vagas, além de realizar 696.693 matrículas nesses cursos. A Tabela 1 sintetiza esses dados por Região do Brasil.

Tabela 1. Dados sobre as Universidades Federais da Região Nordeste do Brasil

Regiões	Nº Universidades	Cursos	Vagas	Matrículas
Norte	8	627	19.387	86.827
Nordeste	14	1.003	59.618	221.034
Sudeste	19	1.071	54.746	202.763
Sul	9	706	32.397	117.131
Centro-oeste	5	461	20.836	68.938
Total	55	3.868	186.984	696.693

Fonte: INEP, 2009.

A maior quantidade de universidades se encontra na Região Sudeste do Brasil, seguida pela Região Nordeste. A Região Sudeste lidera quando se trata do número de cursos de graduação presenciais oferecidos pelas Universidades Federais do Brasil, sendo 1.071 cursos contra 1.003 da Região Nordeste – que ocupa a segunda colocação. Entretanto, quando se trata vagas oferecidas e matrículas realizadas nesses cursos, a Região Nordeste lidera com cerca de cinco mil vagas e dezoito mil matrículas a mais em relação à Região Sudeste. Assim, as Universidades Federais da Região Nordeste alimentam a sociedade com um maior número de vagas oferecidas e de matrículas realizadas, além disso, é sabido que a Região Nordeste é uma das regiões mais carentes do país. Portanto, essas informações foram determinantes na escolha das 14 Universidades Federais da Região Nordeste como amostra da presente pesquisa.

Para realização deste trabalho, foram utilizados os dados e informações presentes nos questionários dos relatórios de gestão relativos ao exercício de 2010 das Universidades Federais da região Nordeste do Brasil. O questionário - instrumento de coleta de dados – é constituído por uma escala Likert e consta na Portaria nº 277/2010 do Tribunal de Contas da União (TCU). O referido questionário trata sobre o funcionamento da estrutura dos controles internos da Administração Pública Federal brasileira, e é baseado no referencial do COSO. Tal questionário traz ainda afirmativas, as quais o respondente (neste caso, cada universidade federal) tem de marcar as opções ‘1 Totalmente inválida’, ‘2 Parcialmente inválida’, ‘3 Neutra’, ‘4 Parcialmente válida’ e ‘5 Totalmente válida’.

A estruturação dos elementos para a compreensão das conexões entre as afirmativas e o componente de análise, bem como a eficiência deste com a estrutura dos controles internos, constitui-se no recorte do modelo de análise para os dados do componente Informação e Comunicação, conforme Quadro 1.

Quadro 1 - Esquema das conexões entre as assertivas, o componente de análise e a eficiência

Eficiência	Componente de análise	Afirmativas
Controles Internos	Informação e Comunicação	1. A informação relevante é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.
		2. As informações consideradas relevantes são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.
		3. A informação disponível é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.
		4. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.
		5. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.

Fonte: Adaptado TCU, 2010.

Para o tratamento dos dados, foi utilizada a planilha Excel. E foi adotado como critério de aferição de eficiência um percentual igual ou superior a 60% (índices da coluna “Totalmente válida”), abaixo desse percentual a estrutura dos controles internos das Universidades pesquisadas foi considerada pouco eficiente. A análise dos resultados na presente comunicação é, portanto, relativa ao componente Informação e Comunicação da estrutura de controles internos das Universidades Federais da Região Nordeste do Brasil.

RESULTADOS

A Tabela 2 apresenta os dados referentes às afirmativas do componente informação e comunicação da estrutura dos controles internos das Universidades Federais da Região Nordeste do Brasil.

Tabela 2. Distribuição percentual do componente informação e comunicação

Afirmativa	Totalmente inválida (1)	Parcialmente inválida (2)	Neutra (3)	Parcialmente válida (4)	Totalmente válida (5)	Total	
						Resp.	Não resp.
1. A informação relevante é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.	0,0%	0,0%	14,2%	42,9%	42,9%	14	0
2. As informações consideradas relevantes são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.	0,0%	0,0%	14,3%	50,0%	35,7%	14	0
3. A informação disponível é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.	0,0%	28,6%	7,1%	42,9%	21,4%	14	0
4. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.	0,0%	21,4%	28,6%	35,7%	14,3%	14	0

5. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.	0,0%	35,7%	28,6%	14,3%	21,4%	14	0
Total de participantes	14	14	14	14	14	14	

Fonte: Elaborado pelo autor.

A Tabela 3 apresenta os dados consolidados do componente informação e comunicação da estrutura dos controles internos das Universidades Federais da Região Nordeste do Brasil.

Tabela 3. Distribuição percentual do componente informação e comunicação

Componentes	Totalmente inválida (1)	Parcialmente Inválida (2)	Neutra (3)	Parcialmente Válida (4)	Totalmente válida (5)	Total de respostas	
						Resp.	Não resp.
Informação e Comunicação	0,0%	17,1%	18,6%	37,1%	27,1%	70	0
Total de participantes	14	14	14	14	14	14	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quanto ao componente informação e comunicação é necessário tecer algumas observações sobre seus aspectos, pois trazem resultados interessantes. A primeira delas trata da identificação, documentação, armazenamento e comunicação tempestiva, às pessoas adequadas, das informações relevantes para cada uma das universidades pesquisadas.

A informação relevante que é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas existe em 42,9% das Universidades Federais da Região Nordeste. Esse tratamento da informação foi validado parcialmente por 42,9% delas, enquanto 14,2% não se posicionaram. É um foco de fragilidade que, em apenas 42,9% das universidades pesquisadas, a informação relevante seja devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas. Alarmante é que esse processo se dá de forma parcial em quase metade delas (42,9%), o que parece significar que ou as informações são pouco relevantes para as universidades, ou estas não estão devidamente identificadas, documentadas, armazenadas e comunicadas tempestivamente às pessoas adequadas. Ainda preocupante é que parece não existir a identificação, documentação, armazenamento e comunicação tempestiva às pessoas adequadas das informações relevantes em 14,2% delas.

Para Davenport e Prusak (2003), o conhecimento, nas organizações, costumar estar embutido não só em documentos, como também em processos, rotinas, procedimentos, práticas e normas organizacionais. Para que os funcionários realizem suas atividades de forma eficiente é necessário que conheçam suas atribuições e responsabilidades. E, para isso, é importante ter informação relevante. A informação sobre as transações e eventos, por exemplo, para ser relevante e confiável necessita que seu registro, classificação e organização sejam feitos de forma adequada e imediata. Logo, a informação precisa ser identificada, documentada e armazenada para que possa ser comunicada tempestivamente às pessoas adequadas. Tudo isso permite proporcionar uma comunicação dentro da organização com a qualidade adequada, possibilitando, assim, uma melhora no processo de construção do conhecimento.

E os dados revelam que isso não vem sendo atingido eficientemente nas Universidades Federais da Região Nordeste do Brasil, pois se mostrou presente em apenas 42,9% delas. Talvez algum alento esteja

no fato de que em algumas universidades pesquisadas dão algum tratamento as suas informações relevantes, mesmo que de forma parcial (42,9%). Nesse caso, se somarmos os dois índices totaliza 85,8%, esse percentual representa aquelas universidades que de alguma forma dão relevância as suas informações. Porém, essa situação necessita de ações de melhoria.

O percentual de 85,8% das Universidades pesquisadas que dão alguma relevância a sua informação talvez ocorra, pelo tratamento da informação, nas suas fases de identificação e armazenagem. Ou seja, pode haver fragilidade na comunicação e na construção do conhecimento coletivo, e essa fragilidade pode ser atribuída a uma possível cultura de não disseminação das informações relevantes dentro das universidades pesquisadas ou mesmo dificuldades nos meios de comunicação.

As observações seguintes são sobre a qualidade que as informações relevantes devem ter para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas; e, que a informação disponível seja apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.

As informações consideradas relevantes que são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas estão presentes em 35,7% das Universidades Federais da região Nordeste. Essa qualidade das informações para a tomada de decisões foi validada parcialmente por 50% delas, enquanto 14,3% se manifestaram de forma neutra. O fato de apenas 35,7% das Universidades pesquisadas terem as informações relevantes dotadas de qualidade suficiente para permitir ao seu gestor tomar as decisões apropriadas merece cuidados. Pois em metade delas isso ocorre de forma parcial, o que indica que ou as informações relevantes são dotadas de pouca qualidade, ou elas não permitem ao gestor tomar decisões apropriadas. Certo é que em 14,3% delas não existem informações dotadas de qualidade suficiente para permitir ao seu gestor tomar decisões apropriadas.

A informação disponível é apropriada, é tempestiva, é atual, é precisa e acessível em apenas 21,4% das Universidades Federais da região Nordeste. Para 42,9%, isso ocorre de forma parcial, enquanto 7,1% se posicionaram de forma neutra. Além disso, 28,6% delas invalidaram parcialmente a existência de tais qualidades para as informações disponíveis. Da mesma forma que nas questões referentes à informação dentro das universidades pesquisadas, o fato de em apenas 21,4% delas existir informações apropriadas, tempestivas, atualizadas, precisas e acessíveis inspira cuidados. Pois em mais da metade (71,5%, somando os índices de 42,9% e 28,6%) delas isso ocorre de forma parcial, o que indica que ou as informações são pouco acessíveis, ou elas estão desatualizadas. Outro fato é que o índice de universidades onde parece que não há informação tempestiva, atualizada, precisa e acessível alcança 7,1%.

Para INTOSAI (2004), os controles internos estão relacionados à eficiência das operações, cumprimentos de procedimentos e normas, além da obrigação de prestar contas, que podem ser evidenciada pela disponibilização de informações através de relatórios financeiros e não financeiros. Uma informação relevante e dotada de qualidade suficiente, atrelado a um adequado processo de organização da informação e do conhecimento registrado, permite a administração pública tomar decisões coerentes. Deste modo, criar mecanismo para melhorar esse fundamento reflete diretamente na qualidade das informações e, conseqüentemente, nas decisões tomadas em benefício do alcance dos objetivos. Assim, a formalização e documentação das informações de qualidade permitem ao gestor tomar decisões apropriadas, além de contribuir para a promoção da obrigação de *accountability*.

Os dados apontam que isso vem ocorrendo de uma forma pouco eficiente nas Universidades Federais da Região Nordeste do Brasil, pois apenas 35,7% delas consideram que as informações relevantes são

dotadas de qualidade suficientes que permitam ao gestor tomar decisões apropriadas. O mesmo ocorre com a tempestividade, atualização, precisão e acessibilidade da informação disponível, ou seja, essa eficiência no tratamento da informação só está totalmente presente em 21,4% dos respondentes. Para Choo (2003), uma organização pode melhorar ainda mais esse processo tirando vantagem do conhecimento especializado de profissionais da informação. Assim, a informação que é divulgada internamente passa a ter melhores condições de atender as expectativas dos diversos grupos e indivíduos.

A quarta observação diz respeito a se a informação divulgada internamente atende às expectativas de todos, e contribui para a execução das responsabilidades de forma eficaz; e, a quinta e última se a comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos, em todas as direções, por todos os componentes e por toda estrutura das universidades pesquisadas.

A divulgação interna de informações atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz, em apenas 14,3% das Universidades Federais da Região Nordeste. Para 35,7%, isso ocorre de forma parcial, enquanto 28,6% se posicionaram de forma neutra. Além disso, 21,4% das universidades invalidaram parcialmente a existência de divulgação interna de informações que atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos.

O fato de apenas 14,3% das universidades pesquisadas declararem possuir divulgação interna de informações que atendam às expectativas dos diversos grupos e indivíduos e contribuam para a execução das responsabilidades de forma eficaz inspira cuidados. Pois em mais da metade (57,1%, somando os índices de 35,7% e 21,4%) delas isso ocorre de forma parcial, o que indica que ou a divulgação interna de informações atende pouco às expectativas dos diversos grupos e indivíduos, ou estas contribuem pouco para a execução das responsabilidades de forma eficaz. Outro fato é que o índice de universidades onde parece não existir divulgação interna, ou contribuição, alcança 28,6%.

Se a comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos das Universidades Federais da região Nordeste, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura foi validada totalmente por apenas 21,4% delas. Essa amplitude da comunicação foi validada parcialmente por 14,3% das universidades, enquanto 28,6% se manifestaram de forma neutra. Para 35,7%, a amplitude da comunicação foi invalida parcialmente.

Chama a atenção que apenas 21,4% das universidades pesquisadas possuam comunicação de informações que perpassem todos os níveis hierárquicos, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura. Porque em metade delas (somando os índices de 14,3% e 35,7%), a existência dessa amplitude da comunicação se dá de forma pouco eficiente, o que indica que ou a comunicação das informações não perpassa todos os níveis hierárquicos, ou não perpassa em todas as direções, ou não atingem todos os componentes nem toda a estrutura. Acrescente-se a isto que em 28,6% delas parece não existir nenhum destes elementos.

Para Schmidt e Santos (2009), a informação e o conhecimento registrado têm estreita relação com a comunicação e devem atender às expectativas de vários grupos e indivíduos da organização, permitindo-lhes executar suas responsabilidades de forma eficaz. E parece que isso não vem ocorrendo eficientemente nas Universidades Federais da Região Nordeste do Brasil, pois somente para 14,3% delas, a informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos de indivíduos das universidades pesquisadas e contribui para a execução das suas responsabilidades.

A comunicação é um elemento essencial para os controles internos, é o fluxo de informações e de conhecimento dentro da organização e, segundo Schmidt e Santos (2009), esse fluxo deve fluir em todas as direções da entidade, em todos os níveis hierárquicos, dos superiores aos inferiores e vice-versa. A informação, a comunicação e o conhecimento devem, assim, auxiliar na eficiência das operações das instituições, perpassando por toda a organização, fluir para todos os lados, por todos os componentes, isto é, pela estrutura inteira. E isso parece que também não vem ocorrendo eficientemente nas universidades pesquisadas, pois somente para 21,4% delas a comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos, em todas as direções, por todos os componentes e por toda estrutura.

Finalmente, tudo o que até aqui foi discorrido explica a pouca eficiência do componente informação e comunicação, que alcançou um índice de apenas 27,1% das Universidades Federais da Região Nordeste do Brasil, conforme a Tabela 3. Isso pode ser decorrente da pouca eficiência dos aspectos referentes à organização da informação e do conhecimento registrado, bem como do processo não muito satisfatório da comunicação dentro das universidades pesquisadas.

CONCLUSÃO

O presente trabalho revelou que as informações das Universidades Federais da Região Nordeste do Brasil são afetadas pela pouca eficiência na sua identificação, documentação, armazenamento e transmissão tempestiva às pessoas adequadas. Provocando uma qualidade pouco satisfatória para permitir ao seu gestor tomar as decisões adequadas, que significa dizer que as informações não são muito apropriadas, tempestivas, atualizadas, precisas e acessíveis.

Isso tudo gera um cenário em que poucas Universidades Federais da Região Nordeste possuam divulgação interna de informações que atendam às expectativas dos diversos grupos e indivíduos e contribuam para a execução das responsabilidades de forma eficiente e que, poucas delas possuam comunicação de informações que perpassem todos os níveis hierárquicos, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.

Tais resultados se por um lado indicam fragilidades, por outro, indicam também oportunidades de melhoria nas práticas relacionadas à organização da informação e do conhecimento registrado e socializado e, conseqüentemente, de melhoria na eficiência dos controles internos das instituições pesquisadas.

Finalmente, há para o presente trabalho alguns limites. A presente comunicação se restringiu à análise, apenas, do componente Informação e Comunicação dos controles internos das Universidades pesquisadas, baseada nos questionários por elas respondidos em 2010. Há, portanto, necessidade de novas investigações que aprofundem, assegurem e ampliem os conhecimentos da informação e comunicação dos controles internos das Universidades Federais do Nordeste, bem como de toda Administração Pública do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Choo, C. W. (2003). *A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões*. São Paulo, Brasil: SENAC.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Controladoria Geral da União. (2011). *Relatório de gestão das Universidades Federais – exercício 2010*. Brasília, Brasil: CGU.

Davenport, T. H., Prusak, L. (2003). *Conhecimento Empresarial; como as organizações gerenciam o seu capital intelectual*. Rio de Janeiro, Brasil: Elsevier.

D'Avila, M. Z., Oliveira, M. A. M. de. (2002). *Conceitos e técnicas de controles internos de organizações*. São Paulo, Brasil: Nobel.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2011). *Censo da Educação Superior 2009*. Brasília, Brasil: INEP.

International Organization of Supreme Audit Institutions. (2004). *Guía para las normas de control interno del sector público*. Bruxelas, Bélgica: INTOSAI.

Lopes, E. C.; Valentim, M. L. P.; Almeida Júnior, O. F. de. (2011). Disseminação da informação em empresas de capital aberto e os processos de mediação da informação. *Em Questão*, 17, 77-89. Porto Alegre, Brasil.

Saracevic, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 1(1), 41-62. Belo Horizonte, Brasil.

Schmidt, P., Santos, J. L. (2009). *Fundamentos de controladoria*. São Paulo, Brasil: Atlas.

Tribunal de Contas da União. (2009). *Critérios gerais de controles internos na administração pública: um estudo das normas disciplinadoras em diversos países*. Brasília, Brasil: TCU.

Tribunal de Contas da União. (2010). *Portaria 277, de 07 de dezembro de 2010*. Brasília, Brasil: TCU.